

PESQUISA DE PREÇOS E JUSTIFICATIVA DA VANTAJOSIDADE/ECONOMICIDADE

Processo Administrativo nº 007/2025

Inexigibilidade nº 001/2025

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS VISANDO PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS ESPECIALIZADOS DE CONSULTORIA E ASSESSORIA ADMINISTRATIVA COM SOLUÇÃO INFORMATIZADA TENDO POR FINALIDADE O LEVANTAMENTO E A RECUPERAÇÃO DE CRÉDITOS DE TRIBUTOS DOS MUNICÍPIOS CONSORCIADOS.

I – DOS FATOS

Chegou ao conhecimento deste Departamento de Licitações e contratos, a necessidade da realização de pesquisa de preços destinada a instruir o processo de contratação direta por inexigibilidade de licitação, referente à prestação de serviços técnicos especializados de consultoria e assessoria administrativa com solução informatizada para levantamento e recuperação de créditos tributários dos Municípios consorciados.

A demanda decorre do procedimento administrativo previamente instaurado, no qual, após o recebimento da proposta apresentada pela empresa Meta Tributária e da identificação, em sede de IRP, do interesse público e da potencial necessidade intermunicipal, constatou-se a pertinência de avançar para a etapa de verificação da razoabilidade dos valores ofertados.

Nesse sentido, ainda que a contratação se enquadre na hipótese de inexigibilidade prevista no art. 74, inciso III, alínea “c”, da Lei Federal nº 14.133/2021, a legislação determina que seja demonstrada a compatibilidade, proporcionalidade e vantagem da proposta, devendo a Administração comprovar que o preço apresentado se encontra dentro dos parâmetros praticados no mercado ou em contratações análogas realizadas por outros entes públicos.

Assim, a presente pesquisa de preços se justifica para comprovar a adequação econômica da contratação, assegurando a observância dos princípios da economicidade, eficiência, motivação e interesse público, bem como para resguardar o processo administrativo quanto ao exame da razoabilidade do valor, elemento imprescindível para a formação da convicção administrativa que embasa a adoção da inexigibilidade ora analisada.

Deste modo, a realização desta pesquisa visa consolidar os elementos de prova necessários para demonstrar que os valores propostos correspondem à prática de mercado, conferindo transparência, segurança jurídica e robustez ao procedimento, nos termos exigidos pelos órgãos de controle e pela Lei Federal nº 14.133/2021.

II – ANÁLISE DE MERCADO

No que concerne à análise de mercado, registra-se que, conforme delineado no item IV do Estudo Técnico Preliminar (ETP) que instrui o presente processo, a contratação pretendida refere-se

a serviços técnicos especializados de consultoria e assessoria tributária e previdenciária, apoiados por solução informatizada própria, voltados à identificação, quantificação, regularização e recuperação/compensação de créditos relacionados ao RGPS/INSS (incluindo RAT/FAP), PASEP, IRRF e demais rubricas correlatas.

Portanto, trata-se de objeto que demanda metodologia específica, ciclo de diagnóstico técnico-pericial, auditoria documental e contábil, instrução de protocolos de compensação/restituição e acompanhamento dos resultados junto aos órgãos competentes, além de prever capacitação de servidores, padronização de rotinas internas e integração de dados, características que o qualificam como serviço de alta complexidade técnico-operacional e de natureza intelectual e personalizada.

Ademais, a análise comparativa do mercado demonstra, ainda, que o modelo de remuneração ad exitum, consistente no pagamento proporcional aos valores efetivamente recuperados pela contratada, constitui prática amplamente consolidada para serviços dessa natureza. Tal formato encontra aderência ao princípio da economicidade, uma vez que condiciona o dispêndio público à geração de resultado concreto, mitigando riscos financeiros e assegurando maior racionalidade na aplicação dos recursos.

À luz desse contexto técnico, a presente pesquisa de preços fundamenta-se no art. 23, §1º, inciso II, da Lei Federal nº 14.133/2021, que estabelece parâmetros para definição do valor previamente estimado da contratação, determinando que este deve refletir os valores praticados no mercado por meio da utilização isolada ou combinada de contratações similares realizadas pela Administração Pública, bases de dados oficiais, bancos de preços, pesquisas em mídia especializada e/ou demais fontes idôneas previstas em regulamento:

“Art. 23. O valor previamente estimado da contratação deverá ser compatível com os valores praticados pelo mercado, considerados os preços constantes de bancos de dados públicos e as quantidades a serem contratadas, observadas a potencial economia de escala e as peculiaridades do local de execução do objeto.

§ 1º No processo licitatório para aquisição de bens e contratação de serviços em geral, conforme regulamento, o valor estimado será definido com base no melhor preço aferido por meio da utilização dos seguintes parâmetros, adotados de forma combinada ou não:

[...]

II - contratações similares feitas pela Administração Pública, em execução ou concluídas no período de 1 (um) ano anterior à data da pesquisa de preços, inclusive mediante sistema de registro de preços, observado o índice de atualização de preços correspondente;”

Em observância ao referido comando normativo, e visando consolidar um panorama fidedigno do mercado, procedeu-se à consulta de contratações similares realizadas por diferentes órgãos públicos no período de 1 (um) ano anterior à presente pesquisa, todas relacionadas ao mesmo objeto

ou a objeto equivalente em natureza, escopo, metodologia e modelo de remuneração. Os resultados encontrados encontram-se consolidados na tabela a seguir, que servirá de base para avaliação da vantajosidade, economicidade e adequação do preço proposto ao valor estimado.

Município	Modal.	Processo Administrativo	Valor
Nova Serrana/MG	Inex.	115/2025	18%
Araguatins/TO	Inex.	68/2025	20%
Caesara/TO	Inex.	239/2025	20%
Carnaubeira da Penha/PE	Inex.	44/2025	20%
Aragarças/GO	Inex.	3165/2025	20%
Cezarina/GO	Inex.	4489/2025	20%
Jequeri/MG	Inex.	62/2025	20%

III – DA COMPOSIÇÃO DE VALORES

Diante do contexto supracitado, cumpre salientar que o preço estimado constitui elemento indispensável à adequada instrução processual, funcionando como parâmetro objetivo de aferição da razoabilidade, vantajosidade e compatibilidade do valor ofertado com as práticas de mercado. A definição normativa desse conceito encontra respaldo no art. 2º, inciso I, da Instrução Normativa SEGES/ME nº 65, de 7 de julho de 2021, diploma regulamentar que orienta a Administração Pública federal e serve como referência técnica aos demais entes na formação do preço estimado:

“Art. 2º Para fins do disposto nesta Instrução Normativa, considera-se:

I - preço estimado: valor obtido a partir de método matemático aplicado em série de preços coletados, devendo desconsiderar, na sua formação, os valores inexequíveis, os inconsistentes e os excessivamente elevados;”

No presente caso, a pesquisa realizada reuniu contratações similares celebradas por órgãos e entidades da Administração Pública dentro do período de um ano, conforme faculta o art. 23, §1º, II, da Lei Federal nº 14.133/2021. Os percentuais levantados demonstram, de forma uniforme, que tais contratações adotam remuneração “ad exitum”, com proximidade significativa entre os valores praticados, inexistindo distorções que indiquem preços inexequíveis, inconsistentes ou excessivamente elevados, nos termos vedados pela normativa supracitada.

Diante desse cenário de homogeneidade amostral, revela-se apropriada a aplicação do método estatístico da média aritmética simples para consolidação do preço estimado, conforme autoriza expressamente o art. 6º da IN SEGES/ME nº 65/2021, a seguir transcrito:

“Art. 6º Serão utilizados, como métodos para obtenção do preço estimado, a **média**, a mediana ou o menor dos valores obtidos na pesquisa de preços, desde que o cálculo incida sobre um conjunto de três ou mais preços, oriundos de um ou mais dos

parâmetros de que trata o art. 5º, desconsiderados os valores inexequíveis, inconsistentes e os excessivamente elevados.”

Atendidos todos os requisitos normativos, pluralidade mínima de fontes, pertinência temática, ausência de *outliers* e consistência dos dados, procedeu-se ao cálculo da média aritmética simples, mediante a soma dos valores unitários das contratações coletadas, dividida pela quantidade de observações válidas. Assim, tem-se:

$$\frac{6(20) + 18}{7} = 19,71\%$$

Desse modo, o valor estimado da contratação, apurado a partir das sete contratações similares analisadas, corresponde a 19,71%, percentual que reflete adequadamente o comportamento do mercado e atende ao princípio da economicidade, da eficiência e da proporcionalidade do gasto público, além de conferir segurança jurídica ao prosseguimento do processo de contratação direta por inexigibilidade.

IV – DA VANTAJOSIDADE E ECONOMICIDADE

É cediço que, de acordo com o art. 11 da Lei Federal nº 14.133/2021, o processo licitatório tem por objetivo assegurar a seleção da proposta apta a gerar o resultado de contratação mais vantajoso para a Administração Pública, bem como evitar contratações com sobrepreço ou com preços manifestamente inexequíveis e superfaturamento na execução dos contratos, a fim de atender os princípios da vantajosidade e economicidade.

Nesse liame, como já destacado, a estimativa do valor da presente contratação considerando os contratos consultados é de 19,71%.

No entanto, de acordo com o item “1.5 Posicionamento conclusivo sobre a adequação da contratação à necessidade” adotar-se-á a referência de 17,5% para fins da remuneração *ad exitum*, o que representa uma vantajosidade de aproximadamente 11,21% com relação ao que seria a estimativa de contratação resultante da média dos contratos consultados do presente objeto.

V – CONCLUSÃO

Diante de todo o exposto, a presente pesquisa de preços demonstra, de maneira clara, fundamentada e transparente, que os valores praticados no mercado para a prestação de serviços técnicos especializados de consultoria e assessoria administrativa, com solução informatizada voltada ao levantamento e recuperação de créditos tributários e previdenciários, situam-se, conforme contratações similares analisadas, na média de 19,71% sobre os montantes efetivamente recuperados, em modelo de remuneração *ad exitum*, consolidado e amplamente utilizado pela Administração Pública para serviços dessa natureza.

A metodologia adotada para apuração do preço estimado atende integralmente aos critérios técnicos e jurídicos previstos na Instrução Normativa SEGES/ME nº 65/2021, especialmente os arts. 2º, I, 5º e 6º — e guarda estrita conformidade com o disposto no art. 23, §1º, inciso II, da Lei Federal nº 14.133/2021, que autoriza expressamente a utilização de contratações similares realizadas por outros entes públicos, como parâmetro válido para definição do valor estimado da contratação.

A análise realizada evidenciou que todos os percentuais coletados se situam em patamares próximos, não havendo valores inexequíveis, inconsistentes ou excessivamente elevados, motivo pelo qual a adoção da média aritmética simples se mostrou método estatístico adequado, seguro e juridicamente amparado, resultando no percentual de 19,71% como referência de mercado.

Todavia, considerando a proposta apresentada pela empresa interessada, cujo percentual ofertado é de 17,5%, constata-se que a remuneração sugerida apresenta vantajosidade expressiva em relação ao valor médio de mercado, representando uma redução aproximada de 11,21% frente ao parâmetro estimado, reforçando a economicidade, a proporcionalidade do preço e a compatibilidade com as práticas vigentes, atendendo ao princípio do resultado mais vantajoso previsto no art. 11 da Lei Federal nº 14.133/2021.

Assim, a presente pesquisa cumpre sua finalidade de instruir o processo de contratação direta por inexigibilidade, demonstrando a adequação econômica, a coerência com o mercado, a vantajosidade e a eficiência da proposta analisada.

Divinópolis/MG, 27 de novembro de 2025.

Ruan Brandão Raposo Simões
Chefe do Departamento de Licitações